
O DIREITO À MORTE: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA SOBRE O SURGIMENTO DE RIBEIRÃO DAS NEVES A PARTIR DA NOVA CAPITAL MINEIRA

THE RIGHT TO DEATH: A FOUCAULDIAN ANALYSIS OF THE EMERGENCE OF RIBEIRÃO DAS NEVES FROM THE NEW CAPITAL OF MINAS GERAIS

Fábio Júnio Mesquita¹

RESUMO: O presente artigo objetivou verificar o surgimento do município de Ribeirão das Neves, na década de 50, a partir da concepção da cidade de Belo Horizonte, correlacionando a construção da mesma com o Biopoder proposto por Michel Foucault. Partindo da pesquisa bibliográfica em livros, documentos e páginas da internet, a pesquisa foi construída em seis etapas, além da introdução, a saber: a primeira introduz o leitor ao biopoder foucaultiano, com a finalidade de lançar luz sobre o conteúdo e apontar os rumos do estudo; A segunda, trata do sistema de seleção dos corpos que devem viver e daqueles que devem morrer; Enquanto a terceira, trata das análises que Foucault faz sobre três cidades, na obra *Em Defesa da Sociedade*; A quarta etapa deste trabalho, da conta da Capital mineira, um breve histórico de seu surgimento; Na penúltima etapa, encontra-se uma análise sobre as consequências para a cidade de Ribeirão das Neves, através do biopoder, presente nos interesses da administração do Estado, acerca da construção da nova capital. Por fim, nas considerações finais, concluiu-se que, embora para a afirmação categórica sejam necessárias mais pesquisas, que apontem as relações entre políticos da época e evidencie os interesses de grupos específicos em Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, foi possível identificar o quanto a Capital mineira se estabeleceu a partir do biopoder, e como a RMBH foi desenvolvida para atender as demandas de Belo Horizonte, restando menos providências do Estado em assistir e investir nas demais cidades.

Palavras-chave: Biopoder; Racismo; Cidades; Belo Horizonte; Ribeirão das Neves.

ABSTRACT: *The present article aimed to verify the emergence of the city of Ribeirão das Neves in the 1950s, starting from the conception of the city of Belo Horizonte, correlating the construction of the same with Biopoder proposed by Michel Foucault. Starting from the bibliographic research in books, documents and web pages, the research was constructed in six stages, in addition to the introduction, namely: the first introduces the reader to the Foucaultian biopower, in order to shed light on the content and point the way of the study; The second concerns the system for selecting the bodies that should live and those that should die; While the third, deals with the analysis that Foucault does about three cities, in the work *In Defense of Society*; The fourth stage of this work, from the account of the Mining Capital, a brief history of its emergence; In the penultimate stage, there is an analysis on the consequences for the city of Ribeirão das Neves, through biopower, present in the interests of the State administration, about the construction of the new capital. Finally, in the concluding remarks, it was concluded that, although for the categorical affirmation more research is needed, pointing out the relations between politicians of the time and evidencing the interests of specific groups in Ribeirão das Neves and Belo Horizonte, it was possible to identify how much the Minas Gerais Capital was established from biopower, and how the RMBH was developed to*

¹ Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belho Horizonte (FACISA-BH). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4901-6412>

meet the demands of Belo Horizonte, remaining less measures of the State in assisting and investing in the other cities.

Keywords: Biopower; Racism; Cities; Belo Horizonte; Stream of snow.

INTRODUÇÃO

A Capital mineira teve seu nascimento projetado pelo engenheiro Aarão Reis no final do século XIX, quando o planejamento da cidade é apresentado. Belo Horizonte inicia os processos de transformação urbana; processos que ganham força na primeira metade do século XX, e que permanecem se desdobrando até os dias de hoje.

De um lado os ouropretanos, estes enraivecidos com a mudança da capital mineira para uma cidade que, até então, era só poeira e obras; além do agravante da comparação entre a antiga e a nova capital. Posto que Vila Rica se destacava por sua demografia e historicidade única, bem como, por possuir a cidade já estabelecida, estava muito à frente da nova urbe, portanto, sentia-se mais preparada para sediar a capital. De outro lado os belorizontinos, afoitos com o novo empreendimento, muito animados com a chegada do governo à cidade planejada que começava a ser desenhada, mas lhes faltava verba no passo em que sobrava custos em operação. Desencadeando, assim, mais rivalidade entre as duas localidades, elevando a oposição e transformando-a em orgulho. Na ocasião, a conclusão da cidade de Belo Horizonte era mais que uma necessidade econômica ou política, era a briga entre as duas cidades.

Quase simultaneamente, o que viria a ser em 1953, a cidade de Ribeirão das Neves, começa a se transformar também de modo desordenado. E é este surgimento, que antecede à emancipação desta cidade, o que este trabalho pretende analisar. Observando como a nova capital mineira impõe algumas condições sobre, o atual município de Ribeirão das Neves. Para desenvolver esta reflexão, o trabalho se embasa nas obras do filósofo francês Michel Foucault.

Foi nos anos de 1970 que um novo direcionamento reorienta as atenções a temática do poder. Embora já encontrada em suas publicações anteriores, a partir do ano de 1970, ela ganhará destaque no período em que cursos no *Collège de France*, passam a ser ministrados por ele.

O primeiro livro publicado na década de referência foi *A ordem do Discurso* (1970), nele está a versão da aula inaugural e de sua posse no *Collège de France*. Esta obra é considerada um texto de ligação entre obras da década anterior, e também, onde o poder passa a ser discutido sobre uma nova perspectiva. Essa percepção de poder foucaultiana é retomada na obra *Vigiar e punir* (1975), de modo a controlar, vigiar e castigar os corpos que não se adéquam ao esperado.

A partir da segunda metade da década de 70, a temática do poder passa a ter mais espaço nos textos publicados. E são alguns textos desta época que guiarão a discussão deste trabalho, a saber: *Em defesa da sociedade* (1975-1976); *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976); e *Segurança, território e população* (1977-1978). Com intuito de não estender demasiadamente a discussão, dado os limites do texto, justifica-se estas escolhas.

Neste artigo pretende-se, a partir da filosofia foucaultiana, explicitar uma análise do poder empreendido na construção da nova Capital mineira e suas consequências para a formação da cidade de Ribeirão das Neves. Para tanto, por meio da pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses, artigos e outros textos disponíveis na internet, traça o deslocamento e reorganização urbana do fim do século XIX até meados do século XX, período em que Ribeirão das Neves se emancipa, e que alguma autonomia lhe é atribuída.

A pesquisa toma relevância na colaboração para a construção da identidade dos cidadãos nevenses, por meio da investigação do surgimento da cidade. A cidade sofre com estereótipos, como cidade dormitório, de cadeias, criminalidades, etc., e faz-se necessárias novas publicações acadêmicas que não examinem a cidade apenas por estes vieses, mas que reconheça as condições iniciais em que o município se ergue. Além de cooperar com a discussão acerca da construção da capital mineira e das reflexões foucaultianas, na expectativa de que novos estudos tornem-se públicos, a partir da provocação deste ou não, e contribua com o avanço do conhecimento.

Este texto está dividido em seis etapas, além desta. A primeira introduz o leitor ao biopoder foucaultiano, com a finalidade de lançar luz sobre o assunto e apontar os rumos do estudo. Neste sentido, as duas etapas seguintes se desdobram gradualmente: uma acerca do sistema de seleção de quem vive e quem morre; enquanto a outra trata das análises que Foucault faz sobre três cidades, na obra *Em Defesa da Sociedade*. A quarta etapa deste trabalho, da conta da capital mineira, um breve histórico de seu surgimento. Na penúltima etapa, encontra-se uma análise sobre as consequências para a cidade de Ribeirão das Neves, através do biopoder, presente nos interesses da administração do Estado, acerca da construção da nova capital. Por fim, as considerações finais onde as relações entre o biopoder foucaultiano, o racismo, e as cidades são concluídas.

O BIOPODER EM FOUCAULT

A compreensão que o filósofo Michel Foucault atribui ao poder é essencial para a compreensão do biopoder. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que Foucault pretendeu um início de teoria acerca do poder, e não do que é o poder. Para esta análise, é necessário admitir que o poder não é “[...] uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas [...] é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como papel ou função e tema manter- mesmo que não o consigam - justamente o poder” (FOUCAULT, 2008, p. 04). Desta forma, o poder é necessário para a sua manutenção e existência própria. Esta noção de poder, associada inicialmente ao “bios” – enquanto a vida em sua dimensão moral e política, especificamente a humana, que é diferente da noção de vida animal, como se entende a “zoé” (SCHRAMM, 2010; JUNGES, 2011) – e posteriormente integrada a “zoé”, por meio da medicina, objetiva administrar tanto a vida dos indivíduos como, em maior nível, a população.

Assim, as primeiras reflexões de Foucault sobre a problemática do biopoder, das quais os pesquisadores têm conhecimento, originaram-se em 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, a atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ora, se na obra *Vigiar e Punir* (1975) a análise minuciosa se deteve na “[...] constituição e o funcionamento das disciplinas ou a anatomopolítica do corpo, que constituía o primeiro polo do biopoder [...]” foram nas obras que a seguiram que o segundo pólo do biopoder tornava-se conhecido, nessas circunstâncias “Foucault situa a constituição desse segundo polo, a biopolítica, em um momento posterior ao do primeiro, por volta de meados do século XVIII” (MARTINS; PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 162), questionando o governo o controle deste sobre a vida da população. Então, nos anos seguintes, ele se debruça sobre o tema, como o fez em três obras: no curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976), ministrado no *Collège de France* e posteriormente publicado a partir das aulas gravadas em áudio; no volume inicial de *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976); e também no curso: *Segurança, território e população* (1977-

1978), que assim como o primeiro foi ministrado na mesma instituição e publicado de igual forma.

Como resultado de seus estudos sobre o tema até aquele momento, foi na primeira aula deste último curso, ministrada em 11 de Janeiro de 1978, que o biopoder tornou a ser discutido. Na ocasião, Foucault (2008) retoma o termo biopoder com a necessidade de explicitá-lo, indicando que ele é:

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008, p. 3)

Destaca-se aqui o conceito de biopoder, que no entendimento foucaultiano, se difere do poder que os soberanos da Idade Média possuíam, até então associado ao direito de vida e de morte de seus súditos. Este poder que se desenvolveu sobre a vida “[...] a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 1999, p. 130), trata de um modelo distinto do poder soberano, mas não muito distante, pois “[...] se pelo poder da guerra ou da pena capital, a partir do século XVII, o poder político assumiu a tarefa de gerir a vida através da disciplina dos corpos ou dos controles reguladores das populações” (JUNGES, 2011, p. 172). Logo, como ensina Foucault (1999), o poder da morte é agora substituído e, cuidadosamente, reinventado sob a administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.

Um dos pólos, ao que parece o primeiro a ser formado, concentra-se no corpo como máquina, que por meio de procedimentos de poder qualificam as disciplinas, a anátomo-política do corpo, capaz de assegurar controle “[...] no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 130). Enquanto o segundo e mais tardio pólo, próximo da metade do século XVIII, só se torna possível mediante uma série de processos de intervenção e controles centrados “[...] no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 130). Eis então a biopolítica da população, apresentada por Foucault:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 294)

Em resumo, como ressalta Junges (2011) são estes os “[...] dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida: a disciplina anátomo-política dos corpos

individuais e a regulação bio-política das populações” (JUNGES, 2011, p. 172). A disciplina do corpo e as regulações da população possibilitam o desenvolvimento do poder sobre a vida, culminado em “[...] um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 1999, p. 130). Portanto, Michel Foucault lança esta discussão da dualidade do biopoder, a este trabalho interessa o pólo biopolítico. Neste sentido, busca entender como ocorre a distinção entre os corpos, como será analisado a seguir.

A SEPARAÇÃO ENTRE OS CORPOS: O RACISMO NECESSÁRIO

Sabe-se que o segundo pólo, para além da disciplina e adestramento dos corpos, que ocorrem em instituições de confinamento, na expectativa de um indivíduo útil e dócil, almeja a regulação da coletividade. Busca, portanto, gerir a vida, ordenar as cidades, por meio das taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, longevidade, entre outros. Com o poder cada vez maior de intervir para fazer viver e como viver, em detrimento do poder menor de fazer morrer, entende-se que “[...] o poder intervém, sobretudo nesse nível, para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, e evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder” (FOUCAULT, 2005, p. 295-296). Logo, o Estado pode controlar quem deverá morrer e quem deverá viver, por meio de um sistema de seleção.

O sistema adotado, como argumenta Foucault (2005, p. 304), introduz um corte: o que deve viver e o que deve morrer. O contínuo biológico da espécie humana é o suporte em que tal sistema se ancora, visto que “[...] o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu”, resultando assim em “uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros” (FOUCAULT, 2005, p. 304). Não se trata necessariamente de um racismo étnico, já que “[...] é assim que, inevitavelmente, vocês vão encontrar o racismo - não o racismo propriamente étnico, mas o racismo de tipo evolucionista, o racismo biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 313). Sabe-se, portanto, que trata-se de uma disputa “onde os mais fortes sobrevivem”, nesta perspectiva qualquer aspecto não desejado por quem seleciona é passível de exclusão.

Neste sentido, o racismo permite ao poder um tratamento diferenciado a uma mesma população, desde que a trate como uma mistura de espécies; estas espécies devem ser subdivididas em subgrupos; por fim, estes subgrupos serão, precisamente, as raças (FOUCAULT, 2005). Assim, se revela a primeira função do racismo com intuito de “[...] fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Enquanto a segunda função do racismo “[...] tem como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo; ‘quanta mais você matar, mais você fará morrer’, ou ‘quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá’” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Deste modo, a morte de alguns ou “[...] a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Logo a morte ou o deixar morrer, por assim dizer, é positivo, desde que assegure melhores condições aos que permanecem vivos.

No entanto, esta morte ocasionada pelo Estado não está associada apenas ao assassinio direto, existem outras formas de tirar a vida. Foucault aponta outras possibilidades, que ele

chama de assassinio indireto, a saber: “[...] o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 306), são caracterizadas pelo filósofo como modalidades de fazer com que o indesejado morra. Portanto, não é necessário tirar a vida, de fato, de alguém. Basta retirá-lhe as condições para viver, por meio da segregação, por exemplo.

Destarte, sempre que se fizer necessário matar populações operando no modo do biopoder, uma seleção viável será o racismo, como já expresso por Foucault (2005, p. 307) que “quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo”. Garantindo, portanto, a separação dos cidadãos. Apenas os escolhidos, os mais fortes podem permanecer.

Esse processo de escolha não é ao acaso; nem por ideologia, sabe-se que:

[...] o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a elimina, ao das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza (FOUCAULT, 2005, p. 309).

Posto isto, o racismo é entendido como a ferramenta utilizada para selecionar quem tem o direito de viver e quem deve morrer. Não sendo escolhas aleatórias ou por outros motivos, se não, por interesses. Desde que o biopoder esteja em funcionamento, os pobres, os indesejados e os anormais serão excluídos por intermédio do racismo. Visto isto, a próxima parte deste trabalho analisa como as cidades se constituíram, graças aos conceitos até aqui trabalhados: o biopoder e o racismo.

UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DAS CIDADES

Durante o curso dado no *Collège de France* (1977-1978), e posteriormente publicado sob o título em francês *Sécurité, Territoire, Population*, Foucault analisa três cidades, a saber: *La Métropole*, de Alexandre Le Maître; a cidade de Richelieu; e Nantes. O filósofo, compreende a cidade da seguinte forma, para Foucault (2008):

A cidade era, ainda no século XVIII, no início do século XIX também, essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar, a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim, ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo (FOUCAULT, 2008, p. 17).

Neste entendimento, a cidade estava estabelecida como um espaço cercado; as funções militares, administrativas, jurídicas, sociais e econômicas eram acentuadas em seu seio, diferenciando-a em relação a outras extensões e espaços, sobretudo em relação ao campo. No entanto, este modelo apresentava fragilidades.

Alguns dos problemas enfrentados já estavam presentes nos séculos XVII-XVIII, observe:

Ora, tudo isso suscitou nos séculos XVII-XVIII toda uma massa de problemas ligados ao desenvolvimento dos Estados administrativos para os quais a especificidade jurídica da cidade colocava um problema de difícil solução. Em segundo lugar, o crescimento do comércio e, depois, no século XVIII, da demografia urbana colocava o problema do seu adensamento e do seu encerramento no interior das muralhas. O desenvolvimento das técnicas militares também colocava esse mesmo problema. Enfim, a necessidade de intercâmbios econômicos permanentes entre a cidade e seu entorno imediato para a subsistência, seu entorno distante para suas relações comerciais, tudo isso [fazia com que] o encerramento da cidade, seu encravamento, [também levantasse] um problema. E, em linhas gerais, era precisamente desse desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII. Ressituar a cidade num espaço de circulação. (FOUCAULT, 2008, p. 17).

Deste modo, os problemas eram os mais variados: o desenvolvimento dos Estados administrativos encontrava empecilhos nas especificidades jurídicas da cidade; O crescimento do comércio, seguido do crescimento demográfico urbano e das técnicas militares se contrapunham às muralhas da cidade, que por sua vez, impediam a expansão urbana. Logo, a cidade que estava embaraçada em si mesma precisava ser desencravada, trabalho que ficou para o século XVIII.

Com o intuito de ilustrar estas ideias, Foucault (2008) propõe três cidades como exemplos. A primeira, *La Métropolitée*: trata-se de um texto de Alexandre Le Maître, escrito em meados do século XVII. No texto, são apresentados os três elementos, as três ordens ou três estados: os camponeses, os artesãos e o soberano e os oficiais a serviço do soberano, estes dois últimos são chamados de a terceira ordem ou o terceiro estado. Para Le Maître, o Estado deve ser como um edifício, sendo os camponeses a base (pois, mesmo que não sejam vistos, são eles que asseguram a solidez do Estado), as partes comuns e as partes de trabalho do edifício são os artesãos e, por último, as partes nobres, as habitações e as partes de recepção são os oficiais do soberano e ele próprio. Esta mesma metáfora se aplica ao território. As fundações serão o campo, onde só devem viver os camponeses; seguido das pequenas cidades, onde devem viver apenas os artesãos; e na parte nobre, a Capital, vivem também apenas os indispensáveis, a saber, o soberano, seus oficiais, além dos comerciantes e artesãos necessários ao funcionamento da corte.

A relação da Capital com o restante do território é percebido de diferentes formas por Le Maître: Geometricamente - trata-se da Capital no centro do território e as relações em formato de círculo, para ele a Capital não conseguirá exercer todas as suas funções, se estiver em uma extremidade de um território comprido e irregular; Esteticamente – a capital deve ser um ornamento, tendo representatividade simbólica e estética; Politicamente – deve criar leis, as executar e garantir que nenhum canto do território as descumpra; Moralmente – deve impor aos habitantes os modos de se viver e agir; Superiormente – lugar que deve ter academias, o conhecimento nasce na capital e se espalha para outros pontos do território, também deve possuir os melhores oradores sacros e que melhor se façam ouvir; e, por fim, economicamente – deve ser o lugar do luxo, para que as pessoas que os estrangeiros reconheçam a riqueza da Capital, também lugar de redistribuição comercial.

Enquanto a cidade de Richelieu foi construída nos confins de Touraine e do Poitou, a partir de nada. Em um lugar onde não havia nada, levantaram uma cidade. Para tanto, utilizaram a forma do acampamento romano, que na época era reutilizada na instituição militar como instrumento de disciplina (FOUCAULT, 2008). No caso desta cidade, a sua edificação se dá

diante do menor que ela mesma pode ser (um quarteirão), pensando a expansão a partir de quadrados ou retângulos compostos por edificações, à medida em que se expande novos formatos geométricos se acumulam em seu entorno aumentando o tamanho da cidade.

Já a terceira cidade, Nantes, estudada em 1932, acredita-se que por Pierre Lelièvre, sugere diversos projetos de planejamento, de construção da cidade desta cidade (FOUCAULT, 2008). Em meio ao pleno desenvolvimento comercial, as relações com a Inglaterra possibilitam que o modelo inglês seja utilizado na cidade, mas evidencia-se o problema da cidade: as aglomerações desordenadas e ausência de espaços para novas funções econômicas e administrativas, além de regulamentar as relações com o campo e prever o crescimento urbano (FOUCAULT, 2008).

Muitos foram os projetos que surgiram para reconstruir Nantes. Desde a proposta de um arquiteto chamado Rosseau - que por saber dos problemas da cidade projetava a construção de um bulevar-passeio em formato de coração, sabendo que a dificuldade da cidade era de circulação – até a proposta de Vigné de Vigny, que propunha:

Em primeiro lugar, abrir eixos que atravessassem a cidade e ruas largas o bastante para assegurar quatro funções. Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim - o que era um dos problemas importantes das cidades no século XVIII-, possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tomada necessária pelo desenvolvimento econômico' fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos' vagabundos, delinqüentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má. Tratava-se, portanto, também de planejar os acessos ao exterior, essencialmente no que concerne ao consumo da cidade e a seu comércio com o mundo exterior. Foi organizado um eixo de circulação com Paris, realizou-se o aproveitamento do rio Erdre, por onde vinha da Bretanha a lenha para a calefação. E, por fim, nesse plano de reurbanização de Vigny, tratava-se de responder a uma questão fundamental e que é, paradoxalmente, bastante nova, a saber: como integrar a um projeto atual as possibilidades de desenvolvimento da cidade? (FOUCAULT, 2008, p. 24-25).

A proposta é basicamente integrar ao projeto atual da cidade as possibilidades para o desenvolvimento, isto por meio da abertura de novos caminhos que atravessem a cidade e as ruas que já existiam. Estes novos eixos ofereceriam riscos e benefícios para a higiene e para a segurança da cidade, já que com a ausência das muralhas ficaria difícil controlar o acesso das mais diferentes pessoas. Este acesso a cidade se daria por meio das estradas que ligariam do interior e exterior da cidade, com o intuito de garantir o comércio interior da cidade que buscava mercadoria em outros espaços, como também levaria para vender.

A população cria problemas que passam a ser de responsabilidade da cidade. Logo, a biopolítica intervém nestes casos, extraindo seu saber e definindo o campo de intervenção do seu poder em alguns fatores como: a natalidade, a morbidade, as incapacidades biológicas diversas,

os efeitos do meio, entre outros (FOUCAULT, 2005). Este estudo permite a análise de novas cidades, neste trabalho, as cidades de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Nesta perspectiva, após compreender como Foucault analisa estas três cidades, além do entendimento do biopoder e, mais especificamente, da biopolítica sobre a cidade, pretende-se, na próxima etapa deste trabalho, compreender o surgimento da Capital mineira.

BELO HORIZONTE: A NOVA CAPITAL

O plano da Capital mineira, elaborado pela Comissão Construtora em 1895, iniciava o processo de transformação na cidade de Belo Horizonte. Em homenagem antecipada aos cem anos da capital e com intuito de resgatar e manter ativa a memória de sua construção, no ano de 1994 a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) produziu um livro que fora organizado por Regina Helena Alves da Silva e Anny Jackeline Torres Silveira, sob o título *Cenas de um Belo Horizonte*, composto por uma coletânea de imagens e trechos de documentos que remontam a história da cidade.

A cidade, que no início era desdenhada por alguns ouropretanos, pois nunca teria a topografia de Vila Rica, sofria com crises nos serviços essenciais e diversas dificuldades financeiras. Lê-se no Relatório do Prefeito Cornélio Vaz de Melo, em 1916: “De uma vez para sempre, aqui nestas linhas ficam lançados os mais vivos protestos contra aqueles que dizem ser Belo Horizonte um sorvedouro de dinheiros públicos” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 40). A cidade passava por maus momentos, mas havia expectativa de melhora, já que no relatório do ano de 1919, do Prefeito Affonso Vaz de Mello, salienta que se “traduz bem a verdade desta afirmação o fato de não mais se verificar a existência de casas desocupadas em Belo Horizonte, quando, em 1917, chegou-se a contar o elevado número de 600”. (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 42). A moradia, de fato, foi um ponto de discussão para o governo do Prefeito Affonso Vaz de Mello, no relatório de 1918 está registrado:

No intuito de localizar definitivamente o proletário desta Capital, que se acha na sua quase totalidade instalado provisoriamente em terrenos da zona urbana, que esta prefeitura não poderá ceder para a construção de casinhas de valor mínimo, senão a título precário, como até agora foi feito, deseja esta administração criar Vilas Proletárias [...]. A prefeitura precisa preparar-se para poder oportunamente remover grande número de operários instalados na área operária – Barro Preto – os quais, à vista das disposições da lei n. 138, de 16 de outubro de 1917, não poderão mais conseguir domínio definitivo dos lotes que ocuparem, nem por compra, como ficou estabelecido nos títulos provisórios [...], nem por cessão gratuita [...], e nem por aforamento, por falta de condições previstas em lei (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 48).

Não muito mais otimistas, os relatórios dos prefeitos que os sucederam chamavam atenção ao desenvolvimento e expansão da capital. No ano de 1922, o relatório do prefeito Flávio Fernandes dos Santos ressalta a preocupação aos “[...] altos problemas a serem resolvidos, todos eles atinentes ao embelezamento, condições de conforto e progresso da Capital, que deve ser o encanto daqueles que a visitarem e o ponto de convergência das forças vivas do nosso grande e próspero Estado” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 43). Preocupação que se manteve no ano seguinte, quando com o intuito de evitar construções “à vontade de seus proprietários” a Diretoria de Obras expediu regras “[...] a fim de as respectivas plantas serem aprovadas, de modo a prevenir-se dificuldades futuras para a cidade, como infelizmente já se tem

verificado em alguns casos” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 43). Mudou-se o prefeito, mas manteve-se as inquietações no relatório, sem data, do Prefeito Cristiano Machado é apontando que:

[...] entre tantas e tão complexas questões que afetam a estética da cidade, os encantos que ela deve proporcionar aos seus habitantes e aos que a procuram atraídos pela glória de um monte que desperta entusiasmo em todo país, não poderá deixar de ter a maior preocupação em resolver definitivamente os problemas que, desde sua fundação têm sido cuidados com solicitude, mas ainda com uma deficiência bradante. A carência dos meios foi lhes o maior obstáculo. Refiro-me aos serviços de esgotos e abastecimentos de águas, um como conseqüência do outro. Resolvidos que sejam, juntamente com o da energia elétrica, viação urbana e comunicações telefônicas, Belo Horizonte completará a sua fisionomia de cidade que se imporá à história como uma grande criação de um grande povo (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 45).

Os serviços ainda eram precários, mas acreditava-se que a cidade estava no caminho certo e seria o orgulho do povo. No entanto, a capital não estava a ser planejada para se impor somente à história, mas também a todas as outras cidades, como foi escrito pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima, no relatório de 1935-1936, a implantação de Belo Horizonte como “[...] centro da atividade oficial, destina-se a polarizar toda a existência social e econômica de Minas, dando-lhe um sentido unitário e reagindo sobre a vida das diversas regiões na forma de constantes e poderosos estímulos” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 46). Esta convergência social e econômica “[...] está tornando uma cidade exemplar, em relação a todo o Estado [...]” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 46).

Se para Paulo Moreno, em 1938, devido às construções, população, acidentes e mobilidade, Belo Horizonte já era, em essência, uma cidade (*apud* SILVA; SILVEIRA, 1994). A década seguinte traria ainda mais surpresas, pois foi na década de 40 o “[...] destaque no processo de expansão urbana de Belo Horizonte pelo crescimento e desenvolvimento do extrativismo mineral [...]” (COELHO, 2008, p. 35). A partir de 1940 a realidade da Capital é outra, antes marcada por dificuldades financeiras e nos serviços essenciais, nesta época já se encontrava nos trilhos da evolução; o decênio começa com Juscelino Kubitschek (JK) a frente da prefeitura.

JK, após assumir a prefeitura e realizar alguns trabalhos, tinha então a “[...] atenção voltada para a Pampulha – lindo recanto paisagístico que poderia ser convertido, sem grandes despesas, num polo de atração turística” (KUBITSCHKEK, Estado de Minas, 1987 *apud* SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 80). Para Moacir Andrade, se o engenheiro e prefeito Otacílio Negrão de Lima, por querer satisfazer aos visitantes que diziam faltar mar para completar o quadro de maravilhas da cidade, “criara um mar doméstico para a cidade. (...) Juscelino Kubitschek completaria o arrojo [...]. Quis a Pampulha, padrão de Arte Moderna, escandalizasse a quem escandalizasse... Chamou Niemayer, Portinari e outros do mesmo naipe”, desta forma, “a Pampulha, antes matagal, passou a ter fama no mundo” (MOACIR ANDRADE, Estado de Minas, 1987 *apud* SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 80). Mas como ligar a Pampulha ao Centro de Belo Horizonte, sem se deparar com o aglomerado Pedreira Prado Lopes? Fez-se necessário uma nova intervenção, entendida por Silva (1991 *apud* SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 78), como uma ação higienista, já que era uma mancha situada na Avenida Antonio Carlos, que liga o Centro à Pampulha, por não conseguir removê-la, esconderam-na pelo novo projeto habitacional vertical: o conjunto IAPI.

Os anos 50 chegavam embalados por muitas transformações, como pode ser visto no depoimento dado em 1993, de Thais Velloso Cougo Pimentel, narrando que “a arquitetura moderna plantava exemplares significativos na cidade, como o Colégio Estadual Milton Campos, a Biblioteca Pública Estadual e o Conjunto JK, todos de autoria de Oscar Niemeyer”, continua dizendo que “as opções culturais se multiplicavam, o ambiente intelectual efervescia, o trânsito se desorganizava com o aumento dos automóveis, e a infra-estrutura urbana se refazia procurando preparar a cidade para o crescimento” (SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 86). Estas mudanças avançavam sobre a Capital e continuam até os dias de hoje, movimentando as dinâmicas de planejamento e ocupação de Belo Horizonte.

RIBEIRÃO DAS NEVES: UMA OPÇÃO AOS INDESEJADOS

Ao passo que a Capital avançava e se expandia, os planos de contenção começaram a ser cogitados, assim “a primeira proposta em termos de reordenamento espacial da cidade é explicitada por Negrão de Lima no relatório apresentado à Câmara Municipal em 1949, quando propõe a criação de cidades satélites ao redor de Belo Horizonte” (MELO, 1991 *apud* SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 83). Para tanto, “parte do entendimento que cada cidade satélite desempenharia uma função específica, para a qual já viesse demonstrando certa tendência. O Barreiro teria função agrícola; a Cidade Industrial, de centro fabril; Venda Nova, de centro residencial; Pampulha, de centro de diversão” (MELO, 1991 *apud* SILVA; SILVEIRA, 1994, p. 83). Evidentemente, a região próxima à Capital era parte do planejamento urbanístico, mesmo que para cumprir as funções menos quistas na cidade em ascensão.

Em Ribeirão das Neves, a construção governamental foi a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), que orientou a ocupação inicial da cidade (SOUZA, 2008). Para Joseane de Souza, “o local foi escolhido pelo governo estadual basicamente em função de sua localização em relação à capital: suficientemente afastado, de forma a não comprometer a imagem de modernidade de Belo Horizonte, e suficientemente perto para permitir sua utilização” (SOUZA, 2008, p. 143). Desta forma, a cidade passa a integrar a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), sendo responsável por abrigar os detentos da Capital.

Souza (2008, p. 143) acredita que próximo de 1926 chegavam os novos moradores da cidade, “no primeiro momento vieram os trabalhadores, depois as famílias dos detentos”. Assim, por intermédio da PAN, Ribeirão das Neves também recebeu trabalhadores da construção civil e parentes dos detidos, grupos não muito desejados pela Capital e que garante título ao Município: tratado como cidade dormitório, uma vez que os moradores saem da cidade para trabalhar em outros municípios e só retornam para dormir; ou como cidade presídio, pois atualmente conta com cinco presídios, inclusive o primeiro de parceria público-privado da América Latina, e um centro socioeducativo.

Acredita-se ainda que a ausência de capacidade financeira para estimular o desenvolvimento industrial, adicionada “[...] com a escassez relativa de força de trabalho e com a ‘vocação penitenciária’, o município não conseguiu atrair indústrias que, naquele período, estavam se implantando na RMBH, principalmente em Contagem, Santa Luzia e Vespasiano” (SOUZA, 2008, p. 144). Neste sentido, outras cidades foram assistidas com investimentos e estímulos governamentais, ao contrário da cidade de Ribeirão das Neves.

Um ano antes da emancipação de Ribeirão das Neves, é criada as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) em 1952, tornando-se “[...] responsável pela administração das usinas

hidrelétricas do Estado. Outro investimento importante no governo JK foi o melhoramento e ampliação do sistema viário intermetropolitano, o qual prolongou a Avenida Amazonas até a Cidade Industrial” (COELHO, 2008, p. 37). Os estímulos governamentais na construção de distritos industriais para os municípios de Santa Luzia e Vespasiano permitiram a criação de muitas fábricas, porém não obtiveram o mesmo sucesso que a região oeste (BRITO; SOUZA, 2005). Ainda no vetor norte, as indústrias de cimento e derivados se fazem presentes no município de Pedro Leopoldo. Enquanto, Lagoa Santa, além de abrigar uma base da Aeronáutica, é composta por uma grande área de condomínios e sítios para a classe média e alta. (BRITO; SOUZA, 2005). E para Ribeirão das Neves? Além da Penitenciária que servia aos interesses do estado, a principal atividade do município estava na produção de hortigranjeiros para atender o mercado de Belo Horizonte, as terras eram pouco férteis e, em algumas áreas, os processos erosivos eram acentuados (BRITO; SOUZA, 2005), o que, por vezes, tornava ainda mais penosa a atividade.

Desta forma, na RMBH era possível perceber que “[...] o desenvolvimento das cidades e a indústria nascente também contribuíram para a formação de uma população operária e pobre” (MARTINS; PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 159). Certos disto, as indústrias cercavam Belo Horizonte, ao invés de ocupá-la, de modo que as pessoas precisariam sair da Capital para ir trabalhar. Na medida em que estes espaços estavam ocupados, outros mais distantes começaram a ser procurados. Logo, a população a quem foi negado o direito de permanecer na Capital mineira, espalhou-se pelas cidades circunvizinhas, mais tardiamente chegaram em Ribeirão das Neves, após a grande venda de loteamentos nas décadas que seguiram.

Para a Capital restava o desejo de “[...] constituir a cidade como uma unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado” (FOUCAULT, 2000, p. 86). Para as regiões do entorno, os estímulos industriais e a construção de novas vias favoreciam o acesso de indústria, habitantes e da economia. Para Ribeirão das Neves, a ausência de investimentos garantiu seu atraso em relação às cidades vizinhas.

Nesta perspectiva, por meio do biopoder exercido em Belo Horizonte, altera a configuração do município de Ribeirão das Neves, tendo como primeiros moradores-migrantes àqueles que eram indesejados pela Capital. Esta relação de deixar morrer é parte da “[...] função assassina do Estado [que] só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 306), como já exposto anteriormente. Sendo este os moradores que habitaram a cidade também nas primeiras décadas após a emancipação do município, em 1953. Tratando-se de um cenário que pode ter se repetido em outras cidades, mas que neste estudo objetivou-se analisar apenas na cidade de Ribeirão das Neves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da breve introdução ao biopoder foucaultiano, é entendido que além da disciplina e adestramento dos corpos, que ocorrem em instituições de confinamento, na expectativa de um indivíduo útil e dócil, almeja-se também a regulação da coletividade. Assim, a biopolítica busca gerir a vida, ordenar as cidades, por meio das taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, longevidade, entre outros. Garantindo assim, o poder cada vez maior de intervir para fazer viver e melhorar a qualidade de vida.

Esta escolha ocorre pelo racismo, utilizado para selecionar quem tem o direito de viver e

quem deve morrer. Não é aleatório, nem por outros motivos, se não, por interesses políticos e financeiros. Uma vez que o biopoder esteja em funcionamento, os pobres, os indesejados e os anormais serão excluídos, selecionados por intermédio do racismo.

Deste modo, a cidade planejada torna-se o lugar de fazer viver. A cidade que antes estava estabelecida como um espaço cercado, as funções militares, administrativas, jurídicas, sociais e econômicas eram acentuadas em seu seio, diferenciando-a em relação a outras extensões e espaços, sobretudo em relação ao campo. Neste sentido, os exemplos das três cidades exemplificam a ideia de Foucault.

No primeiro exemplo, a cidade é entendida por Le Maître em analogia a edifícios: as fundações serão o campo, onde só devem viver os camponeses; seguido das pequenas cidades, onde devem viver apenas os artesãos; e na parte nobre, a Capital, vivem também apenas os indispensáveis, a saber, o soberano, seus oficiais, além dos comerciantes e artesãos necessários ao funcionamento da corte. Tendo como principal intenção possibilitar a circulação das pessoas.

Já no caso de Richelieu, a cidade é construída a partir da menor composição que ela mesma pode ser até atingir o nível mais elevado, pensando a expansão a partir de quadrados ou retângulos compostos por edificações.

Enquanto, em Nantes esperava-se atualizar a cidade para possibilitar o desenvolvimento, isto por meio da abertura de novos caminhos que atravessassem a cidade e as ruas que já existiam. Estes novos eixos ofereceriam riscos e benefícios para a higiene e para a segurança da cidade, já que com a ausência das muralhas ficaria difícil controlar o acesso das mais diferentes pessoas. Este acesso a cidade se daria por meio das estradas que ligariam do interior e exterior da cidade, com o intuito de garantir o comércio interior da cidade que buscaria mercadoria em outros espaços, como também levaria para vender. Logo, a biopolítica intervém nestes casos, extraíndo seu saber e definindo o campo de intervenção de seu poder em fatores como: a natalidade, a morbidade, as incapacidades biológicas diversas, os efeitos do meio, entre outros.

As cidades analisadas por Foucault lembram a construção da nova Capital. Da cidade planejada em quarteirões e retângulos, assim como BH foi, até os eixos que cortam a cidade de Nantes, ligando-a ao progresso, como já mencionado as Avenidas Amazonas e Antonio Carlos, esta liga o Centro à Pampulha para o lazer dos residentes, enquanto aquela, liga o Centro à Cidade Industrial, para o desenvolvimento da Capital mineira.

Na medida em que o planejamento se cumpria e Belo Horizonte era construída, fez-se necessário as primeiras intervenções: a remoção de um grande número de operários que moravam na área operária, o bairro Barro Preto, e que não poderiam conseguir domínio definitivo dos lotes que antes habitavam, nem mesmo se o comprassem, ou seja, os pobres não poderiam permanecer circulando no centro da Capital. O relatório de 1922 apontava os altos problemas a serem resolvidos pela gestão da cidade, todos eles relacionados ao embelezamento da cidade, às condições de conforto e ao progresso de Belo Horizonte. Já o relatório de 1935-1936, almeja que a nova Capital polarize e reúna em sentido unitário toda a existência social e econômica do estado mineiro; além de reagir sobre a vida das diversas regiões na forma de constantes e poderosos estímulos, ressaltando assim o interesse em intervir na forma de viver não apenas dos belorizontinos, mas de todos os que vivem ao redor de Belo Horizonte. Intenções que continuaram no governo JK, com ações higienistas e a criação de áreas de lazer na cidade, como a Pampulha. A capital se estendia pelo vetor norte e rejeitava os indesejados que ali moravam, de modo que estes precisavam procurar novos espaços para morar.

Das muitas formas de intervir sobre a vida das diversas regiões na forma de constantes e poderosos estímulos, a intervenção sobre a cidade de Ribeirão das Neves foi das menos atraentes, tanto para a economia, quanto para novos moradores que auxiliassem no desenvolvimento da cidade. Para Ribeirão das Neves, a construção governamental foi a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), tendo a cidade como um recanto para os trabalhadores da construção civil, os parentes dos apenados e os próprios detentos. Mas a construção da penitenciária na cidade atendia muito bem aos desejos da Capital, já que sua localização estava suficientemente afastada, de modo a não comprometer a imagem de Belo Horizonte, ao mesmo passo que estava suficientemente perto para possibilitar a sua utilização. Portanto, a medida que a cidade de Belo Horizonte rejeitava e afastava os indesejados, eles se aproximavam de outras cidades, entre elas Ribeirão das Neves.

Com este estudo, concluiu-se que é uma hipótese plausível a intervenção da nova Capital mineira na constituição da cidade de Ribeirão das Neves, embora a afirmação categórica dependa de uma pesquisa mais detalhada, que aponte as relações entre políticos da época e interesses de grupos específicos em Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. No entanto, não restam dúvidas do quanto a Capital mineira se estabeleceu a partir do biopoder e como interferiu na vida dos cidadãos que nela morava.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**. vol.19, n.4. São Paulo Oct./Dec. 2005.
- COELHO, Anderson Batista. **Vulnerabilidade sócio-juvenil em Ribeirão das Neves, MG – 2000**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Minas Gerais. 2010.
- DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. **Scientia**, vol. 2, n° 3, nov. 2013/jun.2014.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Direito de Morte e Poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JUNGES, José Roque. O nascimento da bioética e a constituição do biopoder. **Acta Bioethica**.Santiago, v. 17, n. 2, jul./dez. 2011.
- MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Genealogia do biopoder. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago. 2009.
- SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder. **Revista Bioética**. Brasília, v. 18, n. 3, set./dez. 2010.
- SILVA, Regina Helena Alves da; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Cenas de um Belo**

Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1994.

SOUZA, Joseane de. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte:** o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. 194 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Minas Gerais, 2008.